

DESARROLLO SUSTENTABLE, NEGOCIOS, EMPRENDIMIENTO Y EDUCACIÓN

latindex  Dialnet  IDEAS

DESENVOLVIMENTO LOCAL E O LABORATÓRIO DO TERRITÓRIO

Pós Doutor Ericê B. Correia¹Mestra Lúcia Paula Martins Prado Macedo²Mestra Adriana Maria Cavalcanti Montenegro³

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Ericê B. Correia, Lúcia Paula Martins Prado Macedo, Adriana Maria Cavalcanti Montenegro (2022): "Desenvolvimento local e o laboratório do território". Revista de Desarrollo Sustentable, Negocios, Emprendimiento y Educación RILCO DS, n. 29 (p.p. 27-40, marzo 2022). En línea: <https://www.eumed.net/es/revistas/rilcoDS/29-marzo22/laboratorio>

RESUMO

Este artigo aborda a questão do Desenvolvimento Local. Seu objetivo é caracterizar a ação específica de projetos em Educação, através do Projeto Laboratório do Território, que será aplicado pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho – FACHUCA, no município do Cabo de Santo Agostinho em Pernambuco, Brasil. O referido projeto, aborda o desenvolvimento de ações de pesquisa e atividades extensionistas, possibilitando a inclusão social, a interação entre comunidades, e o olhar econômico-social da localidade da Destilaria, onde funciona a Faculdade e de onde se executam as linhas operacionais para a aplicação local. Basicamente, são três eixos de desenvolvimento – o humano, o econômico e o social. Neste sentido a concentração das ações na localidade da Destilaria, será distribuída, mediante as análises potenciais de cada eixo, considerando as potencialidades e bloqueios que caracterizam a dinâmica do processo. No aspecto humano se verificará o comportamento dos indivíduos nas diversas atividades e áreas de conhecimento, no desenvolvimento das ações, seja na realização de cursos, capacitações, criação de oportunidades etc. No aspecto econômico, o impacto das atividades no tocante a geração de empregos, negócios inovadores, melhoria das empresas atuais (consultoria). E finalmente, na esfera social, os indicadores de melhoria social local, como empregabilidade, áreas de lazer, diminuição do índice violência, entre outros. Espera-se que este projeto dinamize as ações na localidade, levando a um patamar diferenciado de empirismo na esfera local e sintetize, como afirmam os autores Lave e Wenger, 1991, "representa a participação plena para se denotar o grau de engajamento na comunidade". Haverá as fases formação de grupos de trabalho, análises das propostas, definição das propostas, aplicação no campo, execução das atividades, verificação de resultados, ajustes e correções. Esses grupos terão mentores de atividades que irão verificar da execução até o retorno dos

¹ Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho – FACHUCA – ericecorreia@gmail.com

² Faculdade Damas - luciapaulamp@hotmail.com

³ Centro universitário Maurício de Nassau - UNINASSAU - adrianacavalcantimontenegro@gmail.com

resultados obtidos. Espera-se que ao final do processo, tenha-se um nítido processo de engajamento social e o alcance dos objetivos e metas, especificados.

Palavras-chaves: Desenvolvimento local, Comunidade, Projeto.

LOCAL DEVELOPMENT AND THE TERRITORIAL LABOARATORY

ABSTRACT

This article addresses the issue of Local Development. Its objective is to characterize the specific action of projects in Education, through the Laboratory of the Territory Project, which will be applied by the Faculty of Human and Social Applied Sciences of Cabo de Santo Agostinho - FACHUCA, in the municipality of Cabo de Santo Agostinho in Pernambuco, Brazil. The aforementioned project addresses the development of research activities and extension activities, enabling social inclusion, interaction between communities, and the economic and social perspective of the locality of Destilarie, where the faculty works and from where the operational lines for the local application. Basically, there are three axes of development - the human, the economic and the social. In this sense, the concentration of actions in the location of the Distillery, will be distributed, through the potential analysis of each axis, considering the potentialities and blockages that characterize the dynamics of the process. In the human aspect, the behavior of individuals in different activities and areas of knowledge will be verified, in the development of actions, whether in the realization of courses, training, creation of opportunities, etc. In the economic aspect, the impact of activities in terms of job creation, innovative businesses, improvement of current companies (consultancy). And finally, in the social sphere, the indicators of local social improvement, such as employability, leisure areas, decrease in the violence rate, among others. It is hoped that this project will boost actions in the locality, leading to a different level of empiricism in the local sphere and synthesize, as the authors Lave and Wenger, 1991, affirm, " represents full participation to denote the degree of engagement in the community.". There will be the phases of formation of working groups, analysis of proposals, definition of proposals, application in the field, execution of activities, verification of results, adjustments, and corrections. These groups will have mentors of activities that will verify from the execution until the return of the obtained results. It is expected that at the end of the process, there will be a clear process of social engagement and the achievement of the specified objectives and goals.

Keywords: Local development, Community, Project.

INTRODUÇÃO

O estudo e análise do Desenvolvimento Local, vem se tornando um fator para o crescimento das diversas cidades e municípios no Brasil. Esse fenômeno de buscar na localidade as alternativas de soluções aos seus problemas, se aprofundou na recente pandemia do Covid-19 e caracterizou o fato de que a localidade, necessita criar as condições para o enfrentamento frente aos desafios que se acumulam a cada dia.

Neste sentido entender e compreender as problemáticas locais, requer pesquisa, análise situacional, diagnóstico local e planejamento como repostas as diversas questões posicionam as localidades numa situação de desvantagem ao não entender o que requer solução local. Essas desvantagens locais, se especificam ao momento que não se sabe quais fatores de fato, proporcionaram essa deficiência.

As questões do Desenvolvimento Local é complexa por sua natureza, uma vez que necessariamente, envolve três eixos fundamentais: o fator humano, o aspecto econômico e a lógica social. Neste caminho, fazer a análise as demandas e pontos vitais da interação destes aspectos, vai requerer a compreensão e o entendimento de como se identificar, conceber e efetivar um caminho único que congregue as soluções de cada um dos temas.

No fator humano, se tem o centro das necessidades e o fim de todas as ações que preconizam a demanda da localidade. O ser humano representa o início, o meio e o fim de todas as realizações, figurando como medida e referência a valorização dos fatores locais, como resposta de construção de um ambiente salutar. Alvin TOFLER, no seu livro “Aprendendo para o Futuro”, coloca o homem como centro de todas as realizações, embora que essa valorização não se efetue de forma equânime em todas as sociedades. Entender que o fator humano é o mais importante como forma sustentável para a localidade. Toda a visão da sustentabilidade, passa pela realidade humana, diante de suas necessidades, realizações e construções de vida. A localidade ao requerer critérios de natureza sustentável, necessita das realizações das pessoas, dimensionando fatores de curto, médio e longo prazo. A História humana se constrói a partir da centralidade local e da dimensão do espaço construído das múltiplas realidades de cada população. Esse habitat natural do local requer, portanto, criações com dimensões humanas como foco das realizações e fim, nos objetivos almejados. No livro “Fator Humano e Desempenho”, o autor Peter DRUCKER, demonstra a natureza humana de forma criativa para o desempenho de suas realizações.

Neste viés, compreende-se a dinâmica da importância humana, como fator principal de identificação com todo o esforço realizado pelos atores locais na busca de atingir objetivos locais que venham a proporcionar condições de convivência e relacionamento na localidade. Obviamente, este processo se dará mediante processo construtivo, tendo a base inicial o lugar, o ponto central de todas as realizações. Portanto, entender o fator humano, é antes de tudo compreender que a dinâmica local dos fatos, se consolidam a partir desse preceito: o homem como centro das realizações.

No aspecto econômico, os atores locais exercerão uma fundamental importância para a criação de estruturas inovativas que gerem oportunidades e renda. Isso se concretiza, a partir da visão empreendedora que seja estabelecida, em identificar nas condições locais elementos que possam a vir gerar riqueza. A oportunidade de se buscar alternativas locais para negócios, por exemplo, virá da especificidade desenvolvida pelas condições e habilidades na agregação de valor. Neste sentido a tecnologia e ação empreendedora, serão os embriões do conhecimento a ser implantado, o chamado “local knowledge”, exerce uma importância singular. A partir de tais aspectos tem-se as vertentes norteadoras do crescimento econômico que poderá advir. Com as atividades tecnológicas, sendo aplicadas e dinamizadas nas realidades das construções de negócios, inicia-se o processo da futura estabilidade econômica local. Foi assim, que se iniciou no Vale do Silício, nas modernas empresas da Coreia do Sul, na tecnologia do Banco do Microcrédito de Yunus (Muhammad Yunus, ganhador do Prêmio Nobel (2006) e o pai do microcrédito). A natureza econômica das realizações locais também, se consolida com as atividades empreendedoras, essa como elemento instaurador de um processo de criação natural na localidade de realizações conjuntas de pessoas e negócios, que mais do que qualquer aspecto, se consolidará pela geração das oportunidades. Então, ao se entender o desenvolvimento econômico de um País, por exemplo, deve-se estudar e analisar o desempenho e a consolidação obtida na esfera local.

Na lógica social, o desenvolvimento local se estabelece através das relações entre os atores locais. Os autores Lave e Wenger especifica à necessidade de se diagnosticar os problemas locais, buscando diálogo e soluções. Este processo, permite a identificação e o trabalho da busca nas alternativas, mas ainda permite a compreensão das medidas de respostas que cada componente irá precisar. As demandas passam pelo crivo dos interesses comuns e das especificidades estabelecidas, se configurando numa análise sistêmica do processo. Dessa forma, a solução para as questões locais, tem a sua origem e solução na dimensão local e não apenas, unicamente, nas respostas globais aos interesses das grandes organizações.

Entender esse processo e ter na pesquisa, no empreender e na criatividade, as molas propulsoras do desenvolvimento local. Um exemplo dessa configuração local, foi a busca da vacina para a Covid-19,

estabelecida por varios países ao mesmo tempo em diversas localidades. Verificou-se o surgimento de varias vacinas em diversos locais, onde os países que detinham melhores condições de conhecimento e pesquisa, foram mais rápidos e exitosos na confecção do produto e isto os diferenciou do ponto de vista social, na proteção de sua população, bem como, no resultado econômico, nas vendas a otras localidades que não desenvolveram o medicamento. Sem dúvida a compreesnsão da lógica social, requer visão ampla, inclusive, das diferenças sociais entre os diversos atores de uma localidade e da condição contributiva de cada um para o desenvolvimento local. E neste sentido, as questões de baixo nivel de conhecimento IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), baixa capacidade de investimento, concentração de rendas, entre outros, serão aspectos a serem debatidos e analisados de forma conjunta para se obter melhores resultados dos pontos cruciais no estabelecimento de estratégias para o crescimento da localidade.

Dessa forma, foi construido o Projeto de Laboratório do Território, mediante a parceria entre a Faculdade de Ciencias Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho – FACHUCA e a empresa 3Ecologia, para breve implantação do Projeto LabITA no Município do Cabo de Santo Agostinho.

OBJETIVOS

Com a execução do objeto proposto, pretende-se alcançar os seguintes objetivos:

Objetivos Gerais

Desenvolver a lógica locacional, através de subsídios para a implantação de políticas públicas ambientais e para pesquisas no campo das ciências ambientais, humanas e tecnológicas.

Objetivos Específicos

1. Promover o desenvolvimento de um plano de ação para interação da lógica acadêmica e empírica na Cidade do Cabo de Santo Agostinho.
2. Estimular entre estudantes de graduação/pós-graduação mediante sua participação em projetos de pesquisa e extensão que ampliem as perspectivas de desenvolvimento do domínio do método científico e tecnológico.
3. Sistematizar e realizar a implantação de uma visão e prática sustentável no eixo da pesquisa na Faculdade FACHUCA e na sociedade local.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Inovação e Desenvolvimento de Território Periférico

A inovação como um processo social para o desenvolvimento do território periférico A inovação, em uma primeira e última análise, é para a melhorar da vida das pessoas e se dá como um processo social. Deve ocorrer a partir de uma lógica social, que permita de fato às pessoas o benefício de sua inclusão, e até o usufruto dos novos bens e serviços que esta (inovação) venha a proporcionar. A inovação não deve ser vista como mero instrumento de questões econômicas das empresas. Neste sentido, o território periférico precisa ter nas suas condicionantes locais as questões sociais em primeiro plano, a fim de que permita a inserção de novos atores externos e de atores locais no desenvolvimento de um sistema de inovação que traga ganho a todos. Embora ocorram questões desiguais de todas as ordens neste território periférico, é necessário entender que sem a inclusão dos elementos sociais afeitos a este, dificilmente se consolidará um projeto de inovação. Embora existam questões financeiras permeando os esforços e as concentrações na busca de novas tecnologias, vai ser preciso, antes de tudo, entender de pessoas e o que elas querem e almejam para o seu território. Este é um

sentido interessante de analisar as questões sociais do território no campo da inovação. O autor David Harvey, 2000, acentua que o poder do capital, o capitalismo, requer cada vez mais espaço geográfico para implantar e construir novos alicerces de consumo e a associação de governos, onde através da esfera de poder se poderá ter acesso a uma maior densidade de atuação e domínio, gerando uma realidade de consumo no território abordado; porém, a seu turno, a grande massa da população socialmente fora desse contexto se notabiliza em territórios menores, periféricos, Processo social são formas de estabelecer as relações sociais ao longo do tempo, as maneiras pelas quais as pessoas se relacionam entre si. Além disso, considera-se processo social o conjunto de mudanças provocadas pelas interações sociais. Os processos sociais estão presentes em toda a sociedade, por exemplo: quando um grupo de pessoas se reúne para organizar uma festa; quando uma pessoa assimila, ainda que inconscientemente, o jeito de ser ou aspectos culturais de outra; quando um país declara guerra a outro etc.

Quando a inovação não se condiciona dessa forma, elitiza e forma blocos isolados de acesso, gerando ainda mais territórios periféricos. A geração de oportunidades torna-se vital, socialmente, para a cultura da inovação em um território. Para se estabelecer essa visão, são necessários investimentos em conhecimento, aprendizado, cooperação e interação com o maior número de pessoas possível tendo acesso e participando das construções da inovação em um território. Esse efeito de ação focada para a geração de um maior número de pessoas nos processos de inovação criará novas formas de oportunidade e, assim, um caminho inclusivo - e não exclusivo. Pode-se analisar o caso de Cuba, que embora com um bloqueio (mundial) em quase 60 anos, se tornou periférico em termos da visão de inovação no mundo, no entanto, em conformidade com as condições locais existentes, conseguiu manter mais 11 milhões de pessoas se recriando, buscando novos direcionamentos, se reinventando, buscando novas oportunidades. Deve-se entender que, em algumas áreas, Cuba se tornou referência mundial na medicina, especificamente na área de tratamento de doenças da pele, e também na ação preventiva de doenças (apresenta um dos menores índices de mortalidade e um dos maiores em longevidade); nos esportes, particularmente, coletivos com resultados de grande destaque nas competições mundiais; na educação, onde tem zero por cento de analfabetismo e uma formação superior de primeiro mundo da sua população. Então, neste sentido, a inovação em Cuba se deu a partir da lógica endógena dos atores locais - e não exógena. Ressalte-se que não se deu com altos investimentos do capital mundial (em bloqueio), mas com a busca dos atores sociais locais, onde a cooperação, a interação Cuba, país da América Central que tem bloqueio comercial, econômico e financeiro há mais de 60 anos e a busca pelo conhecimento e aprendizado foram vitais. Denota-se, no exemplo de Cuba, que o papel dos territórios, no desenvolvimento da inovação, vai se consolidar com as ações sociais das pessoas dentro de um processo contínuo de busca de oportunidades que irão se adequando e descobrindo alternativas. Inovar não é só gerar dinheiro, inovar é gerar bem-estar social, primeiramente. O autor Milton Santos, no seu livro "Pensando o espaço do homem", afirma: "O espaço que, para o processo produtivo, une os homens, é o espaço que, por este mesmo processo produtivo, os separa" (SANTOS, 1982:33).

Observa-se que a construção dos espaços, singularmente o produtivo, provoca efeitos de separação e interação entre os homens, como afirma o autor, uma vez que o desempenho, por exemplo, em um processo de inovação, pode excluir atores fundamentais de um território, representado por pessoas que não detenham a capacidade de conhecimento e aprendizado necessária a esta inclusão, o que evidenciará bolsões de pessoas excluídas. Assim, é preciso que antes do estabelecimento das questões da inovação se criem mecanismos de interação e cooperação, permitindo que os aspectos do conhecimento e do aprendizado sejam ensinados, possibilitando por outro lado que o saber tácito existente no território seja incorporado a essa dinâmica da inovação.

É preciso criar um pacto social para a inovação em um território periférico. Esse pacto será condicionado por questões de entender, num primeiro momento, as especificidades locais; levantar as deficiências e potencialidades; compreender as singularidades locais de produção; ter informações sobre o conhecimento (teórico e tácito), bem como sobre a capacidade de aprendizado; formar grupos de trabalho com foco nas intensidades das reais potencialidades de desenvolvimento dos projetos; identificar as necessidades de recursos existentes (materiais, financeiros etc); e finalmente fazer a inclusão de pessoas, empresas, organizações da sociedade civil, cooperativas, associações e governo, para que juntos delimitem como deverá ser a implantação da inovação e até a construção de um sistema de inovação. Esta forma de entender os processos de inovação, numa lógica social, permite que o território periférico crie melhores condições de êxito efetivo na sua lógica produtiva. Foi e é assim em Cuba. Com isso, os atores sociais do território ganham e a vida agradece. Há um questionamento atual: “O que a inovação permite fazer”? “É resposta econômica e social para todos os problemas”? Deliberadamente não o é. O fato de gerar riqueza e/ou possibilidade de tal não significa ser e ter o resultado ideal, uma vez que no modelo adotado há apenas ganhos financeiros e acúmulo de capital. Assim, ocorre que apenas uma pequena parcela da população terá acesso, gerando a concentração de renda. Então, é preciso entender o papel da inovação como um elemento social de transformação, na geração de oportunidades e na busca de novos espaços econômicos e sociais inclusivos. Isto vai requerer dos atores sociais uma relação maior de interação e cooperação, sendo finitamente vista no campo econômico, porém infinitamente no campo social. Talvez resida desta forma o desafio de entender a inovação como um processo social de transformação da vida das pessoas para melhor - e não como um processo excludente. Deve haver crescimento econômico, mas com riqueza de ganhos sociais efetivos num determinado território, que passa por um processo de desconcentração da renda, principalmente se este for considerado periférico no contexto regional ou nacional. O autor indiano Amartya Sen (ganhador do Nobel de Economia em 1998), no seu trabalho e nas suas contribuições para a teoria da decisão social e de “welfare state”, caracteriza a relação econômica com a relação da liberdade, demonstrando que o desenvolvimento de um país se consolida entre essas relações e as oportunidades dadas à sua população com liberdade de escolha, que ficaram especificadas no seu livro “Desenvolvimento como liberdade” (SEN, 2000).

Neste sentido, a busca de oportunidade deve ser gerada e a capacidade de decidir e entender o melhor caminho deve ser efetivada pelos atores locais, diante daquilo que evidenciam ser melhor para o seu território. O crescimento econômico não deve ser o fim, mas o meio de serem produzidas as condições ideais para o desenvolvimento social. Este sim, é o fim para o qual as questões da inovação devem se efetivar. O trabalho nas questões da inovação e na produção local é vertente de uma busca de oportunidades, onde os atores sociais do território periférico (por exemplo) poderão interagir e cooperar, efetivando escolhas e permitindo novos investimentos que sistematizarão um leque de setores e áreas, previamente estabelecidos, para se tirar proveito e auferir as melhores condições de uso dessas capacidades. A lógica social do território também prescinde de investimentos. Não há como descolar o investimento em inovação sem pesquisa, que necessariamente irá ser indispensável para as novas etapas no território periférico. Esse investimento, no entanto, se dará mediante a análise e a escolha dos atores sociais, no sentido de identificar o que de fato pode e deve ser realizado como processo de inovação. Não é apenas ter o recurso financeiro e lá se aplicar, como ocorre hoje com a maioria das empresas que buscam condições de renúncia fiscal e econômica para os seus anseios, como retorno aos investimentos realizados, na maioria das vezes, financiados pelo próprio governo. É preciso que essa organização/empresa participe com os demais atores sociais de uma discussão e se inteire dos reais problemas e oportunidades locais, visando à aprovação de todos em caso de êxito no seu intento inovativo.

Este é um percurso que permitirá às empresas, no âmbito do território periférico, auferirem a confiança, interação e cooperação dos atores locais, possibilitando uma nova forma de atender aos seus interesses, mas

principalmente aos anseios sociais da localidade. Atualmente novas formas de organização se apresentam na sociedade e trazem modelos de inovação consideravelmente inteligentes e participativos, o que permite um melhor desempenho na busca das soluções locais. Surge a visão da inovação social, num contexto de permitir que, por exemplo, as relações de trabalho se ampliem e se alarguem na perspectiva de criar novos e singulares meios de estímulo à economia local e, em particular, aos territórios periféricos. De acordo com a intensidade da interação e da cooperação estabelecida, podem existir processos de inovação gerando novos produtos, serviços, empregos e renda, dando-se uma singular importância aos atores locais. Essa nova “economia” colaborativa tem sido motivo de debates acadêmicos e empresariais, como forma de gerar um singular processo que talvez aponte para saídas mais específicas na realidade do território periférico. Então, à proporção que se avança com esses novos modelos de organização, especificados pelas cooperativas e associações, por exemplo, é possível flexionar questões de falta de emprego, baixa renda, a ideia de todo mundo ser dono de uma empresa e, principalmente, a liberdade de escolha do que se quer para a escala local. É preciso criar leis socialmente voltadas para permitir ao território periférico condições de aplicar e desenvolver um processo de inovação exitoso.

Daí a necessidade de analisar detidamente os pormenores de um processo de inovação num território periférico, onde deve ser considerado e respeitado todo o arcabouço das circunstâncias sociais efetivas. Ao entender e compreender este sentido, as empresas criarão as condições ideais e possíveis para que substancialmente os outros atores participem e colaborem na produção de processos de inovação, efetivando na realidade das exigências e dos critérios locais a possibilidade de mudança de rumo para um território periférico. Efetivamente ocorrerão dificuldades nas esferas sociais dos atores especificados no território periférico, oriundas das diferentes escalas de estágio pelo qual estes se encontrem em relação à sua capacidade de atuação num processo de inovação, todavia através de processos de colaboração e interação poderão surgir novas formas de permitir uma maior inserção e a possibilidade de suplantar essas dificuldades, caracterizadas a partir das deficiências de conhecimento e aprendizado, baixo nível de escolaridade, pouco ou nenhum acesso a novas tecnologias. Neste sentido, é preciso agir na escala do investimento contínuo e planejado, buscando no ensino e nas informações processadas para efetivar as devidas mudanças, o que fará com que o território periférico se estabeleça em outra condição, adequada ao uso de novas formas no processo de inovar. Daí ser necessário encontrar alternativas que permitam a interação e a cooperação, possibilitando entender e aplicar novas formas de compreender o cenário de um território periférico numa dimensão mais ampla e social.

Nesse sentido, a lógica desenvolvimentista do ponto de vista para se inovar num território periférico requer que a dimensão social seja analisada no aspecto de multicritérios, considerando não apenas um projeto (implantação de uma fábrica, por exemplo), mas critérios estruturais. A análise de várias vias de possibilidades torna o processo de inovar mais amplo e em maior sintonia com a realidade, possibilitando buscas e setores específicos que merecerão maior prioridade.

Assim, o investimento social possibilita encontrar, de maneira mais singular, as verdadeiras tendências e perspectivas, sendo atrelado à questão temporal de médio e de longo prazo, o que permite uma associação direta com os aspectos sociais caracterizados no território periférico. Quando um território periférico se condiciona apenas a ter soluções descoladas da sua realidade social, sem considerar a identidade, o conhecimento tácito, a falta de investimentos no conhecimento e no aprendizado, evidencia-se que o incremento de um processo de inovação apresentará diversas barreiras. O pensar em um planejamento estratégico que incorpore a lógica da inovação passa por uma construção, onde a sociedade civil organizada (associação, cooperativa etc) pode exercer um forte papel de interligação e aprofundamento na análise das linhas específicas de interesse de um território, proporcionando caminhos mais sustentáveis e seguros. Não se trata de pensar em

um projeto único, mas de ter uma visão alargada da representação estrutural do papel de todos os atores num processo de inovação que tem características de vertentes amplas na lógica do tempo e do espaço. Isto é, o pensar social da inovação no território periférico. Desta forma, a conotação de uma compreensão da escala do espaço e do tempo na questão da inovação para o território periférico deve ser condicionada à lógica de quantas e quais ações deliberadamente serão suportáveis na localidade. Geralmente o exercício de pensar socialmente o território é esquecido. Outro aspecto é entender a dinâmica de uma região na relação com o seu desenvolvimento local. A região apresenta e/ou desenvolve tendências de aspectos económicos, sociais e culturais, criando uma interação sócio produtiva em seus espaços, que definem o que se tem e se caracteriza com tendência local. A implantação de um modelo inovativo para uma região deve ocorrer a partir desses atores existentes e só posteriormente irão se inserir outros tipos de atividades pensadas para essa região.

CONTEXTO HISTÓRICO DO TEMA.

A Política Urbana e Ambiental e o Plano Diretor⁴ - Lei 2.360/2006 - do Município do Cabo de Santo Agostinho determina, dentre os objetivos, o uso socialmente justo e equilibrado do território (Art. 2º, inciso III), bem como o foco na valorização e na preservação do patrimônio natural e cultural como potencial de desenvolvimento económico-social e de fortalecimento da identidade urbanística ambiental (Art. 2º, inciso VI), norteiam o poder público e privado, a sociedade civil e as organizações sociais para a promoção de políticas públicas que favoreçam ao desenvolvimento sustentável local através do fomento à inovação com vistas aos desafios ambientais do território. O Programa LabITA visa contribuir com a plena execução desses objetivos. (3Ecologia, 2019)

O Plano Diretor promove o desenvolvimento urbano e ambiental sustentável e salienta o papel do Governo Municipal como articulador principal do processo de geração de benefícios sociais e ambientais (Art. 3º, inciso III). A Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente do Município - no seu papel de frente ao Plano Diretor, e a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho - uma autarquia municipal com o foco em ampliar as pesquisas e desenvolvimentos no município - são colaboradores efetivos para alcançar as metas traçadas. Ao estabelecer Chamadas Públicas para promover pesquisa, desenvolvimento e inovação ambiental no município, o Programa LabITA garante a função social da cidade como provedora de arranjos produtivos locais que promovem o bem-estar coletivo para habitações, recreação, lazer, produção, comércio, prestação de serviços, e por fim, para transporte e mobilidade (Art. 5º, inciso V). (3Ecologia, 2019)

No mesmo caminho, a Agenda⁵ 2030 para o Desenvolvimento Sustentável também configura um instrumento importante para referendar os desafios estabelecidos pelo Programa LabITA. O plano de ação da Agenda conclama a colaboração global para atuar nos 17 objetivos e nas 169 metas para as pessoas, o planeta e a prosperidade. Trata-se de uma visão ambiciosa para garantir os direitos humanos e ambientais em busca de igualdade de gênero e o empoderamento de comunidades, juventudes e mulheres como fonte de equilíbrio para o desenvolvimento em sua esfera económica, social e ambiental. A Agenda está determinada a proteger o planeta da degradação, sobretudo por meio da gestão sustentável dos seus recursos naturais e da tomada de medidas urgentes sobre as mudanças climáticas. Esse conjunto de instrumentos normativos e estratégicos balizam as ações propostas para o Programa LabITA. (3Ecologia, 2019)

O foco na promoção da pesquisa, desenvolvimento e inovação integra transversalmente os tomadores de decisão, *stakeholders*, agentes públicos e privados e sociedade civil para a garantia do desenvolvimento

⁴ <http://www.cabo.pe.gov.br/index.php/plano-diretor/>

⁵ <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

ambiental sustentável. Buscam-se ambientes mais saudáveis e justos, que favoreçam os moradores e visitantes, a fauna e a flora e os investimentos na cadeia produtiva local com respeito à diversidade cultural e espacial do Município. (3Ecologia, 2019)A gestão democrática dos processos territoriais e ambientais só será efetiva a partir da ativação da população na formulação de propostas integradas.⁶ Cabe às instituições municipais de ensino e pesquisa propiciarem os arranjos metodológicos para estas transformações. (3Ecologia, 2019)

Estratégias da Unidade para alcance dos objetivos institucionais.

Em 29 de novembro de 1978, a Lei Municipal nº 1214/1978 criou a Autarquia Municipal “Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho”. A Lei Municipal nº 1.220/1979, de 20 de abril de 1979, cria a Autarquia Educacional para o Desenvolvimento do Cabo – AEDECCA, mantenedora da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho – FACHUCA. Os estatutos da AEDECCA foram aprovados pelo Decreto Municipal nº 578/1979, em 02 de maio de 1979, onde está prevista a composição de seus órgãos (3Ecologia, 2019):

- Diretoria; Colegiado de curso; Coordenação de graduação; Coordenação de educação; Coordenação de pós-graduação, pesquisa e extensão.

O conselho superior é consultivo e deliberativo. Os colegiados serão deliberativos em todas as instâncias, inclusive câmaras ou comissões. A representação docente é de 70%, escolhida por seus pares, sem prejuízo da participação dos cargos executivos, cumprindo, assim, a gestão democrática (LDBEN nº 9.394/1996 – Art. 56 – Parágrafo Único). O regimento da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho rege-se pela legislação de ensino superior, pelo estatuto da AEDECCA, pelas normas legais estabelecidas pelos órgãos competentes do sistema escolar e apresenta condições satisfatórias para seu funcionamento. (3Ecologia, 2019)

No âmbito do direito administrativo brasileiro, se constitui como entidade da administração pública indireta: personalidade jurídica de direito público interno, patrimônio próprio e atribuições específicas. Goza de autonomia administrativa e financeira, com suas contas auditadas pelo Tribunal de Contas. Além da autonomia administrativa, tem praticamente as mesmas prerrogativas e sujeições da administração pública direta. Como uma autarquia universitária, se compromete com (3Ecologia, 2019):

1. Autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, assegurada pela Constituição Federal (CF, art. 207)
2. Obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (CF, art. 207)

Além, a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho já possui uma estreita relação com diversas comunidades do município, trabalha na promoção do desenvolvimento local sustentável, com atuação na esfera social e educacional da população. Essas ações se fazem presente em todos os seus cursos de graduação, bem como de pós-graduação e na extensão. Tanto o curso de Bacharelado em Direito como o Núcleo de Práticas Jurídicas instituído têm como objetivo geral estabelecer padrões de aprendizagem que superem o modelo tradicional de ensino jurídico, harmonizando suas propostas com os desafios de violação das leis. A coordenação de extensão, por sua vez, desenvolve projetos na área de gênero, identidade, acessibilidade e educação. Com o Programa LabITA, a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

⁶ O Banco Mundial mantém encontros regulares com atores da sociedade civil por considerarem peças-chave no processo de resiliência econômica, ambiental e social. <http://blogs.worldbank.org/climatechange/grassroots-leaders-empowering-communities-resilience-building>

Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho visa ampliar a abrangência e a qualidade da sua pesquisa e extensão, em conexão com as comunidades do município. (3Ecologia, 2019)

A Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho também conta com uma parceria estabelecida com pesquisadores do setor privado, já em conformidade com a PLC 77/2015 que dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015. A empresa parceira - 3Ecologias - estabelece assessoria a grupos de pesquisa e equipamentos culturais, e possui atuação em Universidades Federais nos estados de Pernambuco e Bahia, Universidades particulares no Rio de Janeiro e equipamentos culturais em toda a extensão do território nacional, com um comprovado *know-how* na aplicação de metodologias para a implementação e gestão de espaços criativos. (3Ecologia, 2019)

METODOLOGIA

Sobre a experiência acumulada em projetos pilotos de inovação entre Universidades, Governos e Sociedade⁷ se constitui a base metodológica desta proposta, que se pauta também em reflexões, métodos e políticas desenvolvidas no âmbito do meio ambiente, da economia da cultura e da cultura digital no país nesta última década. A proposta visa um processo amplo, aberto, transparente e colaborativo de fomento à pesquisa científica e cultural a partir da mobilização de redes e comunidades, organização de encontros, debates e seminários catalisadores e propostas de ações laboratoriais em espaços e territórios urbanos. Munidos de um planejamento estratégico da pesquisa e suas ações - onde gestão e comunicação desempenham papel fundamental na catalização, cartografia e documentação dos projetos e seus processos. O programa LabITA estabelece as seguintes etapas (3Ecologia, 2019).

Utilizar-se-á a pesquisa semiestruturada, através de ferramentas estatísticas de análise e usos de tecnologias e modelos de desenvolvimento ambiental sustentável, assim especificado:

1) Estruturação do Laboratório Multiusuário: a primeira etapa se dá com a organização do Laboratório Multiusuário na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais do Cabo de Santo Agostinho, nos aspectos de estruturas pedagógicas, administrativas e financeiras. Contratação da equipe de trabalho, montagem de bancadas e compra e instalação de equipamentos.

2) Desenvolvimento de revista eletrônica web: nesta etapa será construída uma revista eletrônica LabITA em plataforma web promoção das pesquisas, bem como integração de dados, gestão, documentação e promoção do laboratório e suas pesquisas;, além de servir como base da chamada pública e do formulário de inscrição e avaliação dos projetos submetidos.

3) Pesquisa aplicada em Campo

Serão apoiadas pesquisas de ação em campo (escolas municipais, praças públicas, entidades culturais, bibliotecas públicas ou outros equipamentos sugeridos em propostas) que fomentem o diálogo entre a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho com os aglomerados urbanos e áreas de interesse especial do município do Cabo de Santo Agostinho, segundo os critérios definidos abaixo (3Ecologia, 2019):

⁷ LabCEUs (<http://culturadigital.br/labceus>), Cidades Sensitivas (<http://culturadigital.br/cidadesensitiva>) e Parque Capibaribe (<http://parquecapibaribe.org>)

Saneamento Ambiental: Apoiar práticas, pesquisas e experimentações que articulem a sociedade civil e acadêmica no uso de sistemas de indicadores para a construção e manutenção de planos de saneamento municipal participativo, monitoramento cidadão da qualidade da água através de tecnologias de baixo custo; iniciativas para monitoramento e controle de epidemias e pandemias (tuberculose, hanseníase e arboviroses DENGV/CHIKV/ZIKAV); ferramentas para controle tecnologias para gestão e reaproveitamento de recursos hídricos e mananciais; saúde de comunidades tradicionais e periféricas; entre outras, visando a construção de ferramentas jurídicas para a gestão sanitária do município.

Seleção, Habilitação e Ativação: Após processo de seleção realizado pelo corpo de pesquisadores responsáveis pelo projeto e servidores da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, os proponentes habilitados deverão enviar a documentação necessária para a contratação efetiva do projeto. Após processo de seleção, as pesquisas e desenvolvimentos serão ativadas e mediadas por meio de interações nos locais de investigação e no laboratório multiusuário entre pesquisadores da equipe, os proponentes aprovados e outros colaboradores com notório saber nos temas mobilizados, privilegiando a comunicação entre as partes envolvidas a fim de transformar e enriquecer as atividades do equipamento público através de atividades diversas junto à comunidade.

Acompanhamento: Para a gestão dos projetos, são adotadas metodologias de desenvolvimento ágil, de modo a integrar a equipe do programa e os pesquisadores proponentes. Serão utilizadas plataformas abertas de gestão e comunicação a fim de acelerar a curva de aprendizagem e aprimorar a eficiência e o valor do trabalho colaborativo em rede. Deste modo, a plataforma online de intermediação, bem como todas as plataformas de gestão de equipes e de comunicação são escaláveis e priorizam também o uso em dispositivos móveis. Também serão utilizadas plataformas para gestão integrada de informações ambientais colaborativas. Ao mesmo tempo, relatórios mensais publicados em plataforma online servem como ferramentas para o monitoramento das pesquisas.

4) Evento: Realização de Seminário sobre Laboratórios de Pesquisa e Inovação em Políticas Ambientais e Sustentabilidade no âmbito dos desafios para gestão de informações e indicadores. Este evento promove um espaço crítico e aberto para compartilhamento de soluções e propostas para o desenvolvimento ambiental sustentável. Serão convidados pesquisadores nacionais e internacionais, organizações sociais, gestores públicos, fundações e profissionais para contribuir com as agendas dos projetos de pesquisa e extensão através de debates, sessões constituintes, laboratórios e expressões artísticas. As pesquisas desenvolvidas também serão apresentadas neste congresso.

5) Publicação de Relatórios e Avaliações: Concepção, desenvolvimento e publicação de um livro com o resultado dos processos, artigos e reflexões referentes ao processo em formato digital disponível online, bem como por meio de 500 cópias impressas com compilação de indicadores ambientais, econômicos e sociais, métricas e dados referentes ao impacto do projeto, bem como reunião da documentação gerada em texto, vídeo, áudio ou outro formato multimídia, a fim de finalizar a prestação de contas oficial e fornecer subsídios para futuras políticas públicas e construção de programas de ordenamento jurídico - ambiental.

IMPACTO DA INICIATIVA.

Busca-se com o Programa LabITA reunir e sistematizar experiências locais e em rede sobre os desafios ambientais, a fim de propiciar um planejamento estratégico de curto, médio e longo prazo para políticas públicas sustentáveis de desenvolvimento econômico e ambiental no Município. (3Ecologia, 2019).

Pretende-se que essas políticas criem perspectivas para as relações humanas em diálogo com os recursos naturais a partir do desenvolvimento territorial das culturas tradicionais, dos saberes populares e da imaginação técnica das periferias, com a ação direta da juventude e suas criatividade para inovações em diálogo com iniciativas públicas e privadas de responsabilidade social e ambiental. (3Ecologia, 2019)

BENEFÍCIOS A ALCANÇAR.

Os principais benefícios a serem alcançados são (3Ecologia, 2019):

Ampliação das ações de desenvolvimento sustentável com foco no direito ambiental e contribuição com o desenvolvimento de agendas urbanas e ambientais através de ações no território. Transferência de tecnologia para gestão de laboratórios multiusuário de inovação e pesquisa para a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho. Estruturação um sistema de informação ambiental integrado com os cidadãos para acelerar a tomada de decisão sobre os desafios ambientais, como saneamento, doenças endêmicas e para a manutenção de Ordenamento Jurídico Ambiental.

Reestruturação da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho como entidade provedora de pesquisa e extensão para o desenvolvimento humano e científico local. Promoção de ações e reflexões de desenvolvimento sustentável associadas à cultura local sob uma perspectiva humano - tecnológica e socioespacial do futuro das cidades.

METAS A SEREM ATINGIDAS.

Especificamente as metas para o projeto se concentram (3Ecologia, 2019):

1. Promover 20 bolsas de pesquisa, desenvolvimento e inovação territorial e de direito ambiental para o Município do Cabo de Santo Agostinho.
2. Estruturar (01) uma Revista Eletrônica na Internet para a promoção e divulgação das pesquisas.
3. Realizar (1) um Seminário sobre Laboratórios de Inovação em Políticas Ambientais e Sustentabilidade.
4. Implantar (01) um modelo de Laboratório Multiusuário de Inovação Territorial e Direito Ambiental para o município do Cabo de Santo Agostinho.
5. Ampliar o número de bolsas para projetos Pesquisa e Extensão na instituição em até 40% do valor atual.
6. Ampliar o número de projetos de pesquisa para até 40% da produção atual.
7. Ampliar a participação da Faculdade em congressos e feiras nacionais e internacionais em até 40% da produção atual.
8. Elevar o conceito da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho junto ao MEC em até 3 pontos.

A etapa de execução especifica as diversas fases para a implantação com a execução do projeto, onde os gastos realizados terão uma natureza de aplicação, respeitando os critérios de necessidade apresentados para a continuidade do projeto. Da estruturação inicial do laboratório multiusuário, passando pela plataforma Web e Revista Eletrônica, ações de pesquisa em campo, seminários ligados a visão da sustentabilidade, até a publicação de um livro, o projeto, necessitará de investimentos e recursos, estabelecidos diante dos desafios e exigências de cunho organizacional.

FORMAÇÃO DA EQUIPE

Em relação à equipe responsável pela implementação deste programa, seu desenho administrativo pode ser compreendido a partir de dois grupos (3Ecologia, 2019):

1. Gestão do Programa - Compõem-se da equipe de bolsistas pesquisadores de Coordenação, Gestão, Comunicação, Programação e Ativação;
2. Grupo de proponentes das pesquisas e desenvolvimentos. Compõem-se dos proponentes selecionados na Chamada Pública que são responsáveis pelas ações de extensão do programa *in loco*. Trabalha-se em prol do empoderamento do público nas atividades, tornando-o elemento central na condução das ações e, portanto, parte ativa da equipe do programa. (3Ecologia, 2019)

A equipe de bolsistas pesquisadores fica então assim compreendida (3Ecologia, 2019):

- **(A1) Bolsistas de Coordenação:** Coordenam o programa, promovem interface com grupos de pesquisa e extensão universitária e articulação de parcerias entre governos e sociedade civil, nacional e internacionalmente;
- **(A2) Bolsistas de Gestão e Integração:** Responsáveis pelas diretrizes pedagógicas das ações; administração fiscal, gestão de informação, comunicação interna e externa, mobilização de atividades,
- **(A3) Bolsistas de Comunicação:** Responsável pelas peças de comunicação externa e interna; assessoria de imprensa; produção de conteúdo para a plataforma online e para redes sociais;
- **(A4) Bolsistas de Ativação Laboratorial:** São responsáveis pela interface entre os proponentes de projetos e as ações do laboratório multiusuário. Os bolsistas deverão acompanhar e orientar as ações para potencializar os projetos e promover sua conexão com arranjos produtivos, artistas, coletivos e cientistas locais, comunidades tradicionais da região e outras experiências. Desenvolvem pesquisas acadêmicas, materiais pedagógicos e participam da documentação das atividades em registros audiovisuais e textuais.
- **(A5) Bolsista de P&D:** Selecionado através de chamada pública, serão os responsáveis pelas pesquisas e desenvolvimentos nos territórios. Devem desenvolver seus projetos em sintonia com as necessidades locais;

Por meio destas bolsas de pesquisa devem ser viabilizados todos os gastos necessários para a condução, bem como traslado e outros gastos envolvidos com a produção de documentação condizente com as funções estabelecidas no projeto. (3Ecologia, 2019)

CONCLUSÃO

A identificação da necessidade em se estabelecer uma visão local das questões empíricas no Cabo de Santo Agostinho, vem em parte a ser contemplada com o projeto LabITA. Essa representa uma conquista local e reflete a singular importância da localidade nas soluções de seus problemas e seu desenvolvimento.

A esfera do desenvolvimento local, requer a ação dos atores locais e busca da cooperação e interação nos problemas específicos existentes. Neste sentido, desenvolver um projeto que façam o papel dessas interfaces, irá possibilitar a análise, visão e interação de todos os participantes, permitindo a consecução de objetivos comuns ao que se busca. Notadamente, este é sentido do desenvolvimento local sustentável. A participação de todos, tendo em suas potencialidades e especificidades, os critérios para um bom desempenho.

Por outro lado, irá requerer uma adequação das demandas e dos usos necessários a estes processos e sem dúvida, fará brotar iniciativas empreendedoras e inovadoras, na busca do conhecimento e no desafio de superar os obstáculos existentes. Entender e implantar esses processos.....eis o desafio!

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, E. (1996). Sistema Nacional de Inovação no Brasil: uma análise introdutória a partir de dados disponíveis sobre a ciência e a tecnologia. *Revista de Economia Política*, v. 16, nº3 (63), julho-setembro.
- BACELAR, Tânia. (2004). Programa Nacional de Desenvolvimento Regional. Brasília.
- BECCATINNI, G. (1992). Le district marshallien: une notion sócio-économique. In: G.BENKO; A Lipietz (eds) *Les regions qui gagnent: districts et réseaux. Les nouveaux paradigmes de la géographie économique*. Paris: PUF.
- BECKER, Bertha K. (S.A.). O uso político do território: questões a partir do Terceiro.
- BOISIER, S. (S.A.). Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: Haddad,
- CARLSSON, B. (1995). *Technological Systems and Economic Performance - The Case of Factory Automation'*, Kluwer Academic Publishers, Boston, Dordrecht and London.
- CORREIA, Ericê Bezerra. (2017). *Inovação Social e Periferia*. Recife, EDUFPE.
- COURLET, C. (2001). Les systèmes localizes: un bilan de la literature. *Cahiers d'Économies et Sociologie Rurales*. 58-59: 81-103.
- DRUCKER. Peter. (1997). *Fator Humano e Desempenho*. São Paulo. Editora Pioneira.
- ECOLOGIA. (2019). LabITA, Programa Laboratórios de Inovação Territorial e Direito Ambiental, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho – FACHUCA.
- HARVEY, D. (2000). *Space of Hope*. Edinburgh University Press, Edinburgh.
- LAVE, J. e WENGER, E. (S.A.). *Situated learning: legitimate peripheral participation*. New York: Cambridge
- S.A (2006). *Revista de Geografia da UFPE. Inovação tecnológica com a relação espaço/tempo na cidade de Campina Grande-PB. v.3, nº 3.*
- S.A (2012). *Livro de Geografia Econômica: inovação e periferia. Qual a relação no desenvolvimento local*. Editora Universidade Federal de Pernambuco - UFPE,.
- S.A. (2004). *Política Nacional de Desenvolvimento Regional: uma proposta de discussão*,
- SANTOS, Milton. (1982). *Pensando o Espaço do Homem*. Ed. Terra Livre.
- SEN, Amartya. (2000). *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- TOFLER, Alvin. (1977). *Aprendendo com o Futuro*. São Paulo. Editora Arte Nova.